

PALAVRAS DE ABERTURA DO EVENTO TODOS CONTRA A TORTURA*

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Reveste-se de extrema significação para este Superior Tribunal de Justiça, que tem sido, desde sua criação, em abril de 1989, o Tribunal da Cidadania, a realização deste evento, a assinatura deste Protocolo de Ação contra a Tortura, cuja relevância para a Nação Brasileira ressalta de sua própria simbologia.

É, para mim, motivo de júbilo poder dar-lhes, neste momento, as boas vindas a esta Corte, que tem sido, ao longo de sua curta, mas conspícua história, implacável contra a bestialidade da tortura e incansável na defesa dos valores éticos e humanos, substratos maiores da existência do Direito e da própria noção de Justiça.

Esta não é uma luta nova, infelizmente. Remonta, na verdade, ao Iluminismo e, de imediato, evoca-se a luta e a lucidez corajosas de homens da estirpe de um Cesare Beccaria e de um Pietro Verri, ao denunciarem o caráter mais que desumano, anti-humano do processo penal de então, em que era facultado ao Magistrado “aplicar os suplícios” aos acusados, como forma de fazer com que confessassem muitas vezes uma culpa que não tinham.

Recorde-se como emblemática do absurdo da situação que vigorava então no Direito Penal a história do pobre comissário de saúde Guglielmo Piazza, denunciado por duas mulheres que acharam estranho o fato de que, para defender-se da chuva que caía em Milão e para pular as poças d’água no chão, apoiava-se, de vez em quando, aqui e ali, nas paredes das casas.

* Palavras proferidas no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em 26/6/2003.



Preso e submetido a toda sorte de torturas, não tardou o pobre infeliz a assumir a culpa pela peste que então grassava na cidade, “confessando” que besuntava os muros com ungüentos pestilentos e denunciando vizinhos e parentes que, também cruelmente torturados, acabaram assumindo, em lugar da desídia, do despreparo e do descaso do Poder Público, a culpa pelo surto pestífero que dizimava a população milanesa.

Esse episódio horroroso, que ficou conhecido como o tristemente célebre “**Processo dos Untores**”, uma das manchas repugnantes na história do Direito Penal, teve, no entanto, um lado positivo, pois serviu para que Beccaria e Verri pudessem criar, a partir dessa tragédia, suas obras magistrais, pondo a nu o caráter desumano e cruel do processo penal de então e denunciando a tortura como um instrumento de injustiça, de opressão e de desumanidade.

A oportunidade e a importância deste evento salta aos olhos simplesmente a partir da leitura de qualquer noticiário. A toda hora, vêm-se denúncias, em nosso País, dessa prática infame e cruel, seja por parte de poderes paralelos, cada vez mais desenfreados e audazes em sua escalada de desafio ao Poder Público, seja pelos agentes deste mesmo Poder Público, a quem incumbe precisamente a guarda e a proteção dos valores sociais, cívicos e humanos.

Se, de um lado, é inegável a sensibilidade e a preocupação do nosso legislador na condenação à prática da tortura, de outra parte, há de convir-se que vai um universo abissal entre a intenção e a prática, entre o ideal e o concreto, entre o que sonhamos e o que efetivamente acontece em nosso cotidiano.

Sem sombra de dúvidas, avançamos muito, neste campo, notadamente a partir de 1988, quando o texto constitucional trouxe, pela primeira vez em nossa história, a condenação formal à prática da tortura,

em nível de considerá-la crime hediondo, inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Assinale-se também, por oportuno, que nosso País tem sido signatário de todos os tratados e convenções internacionais de condenação à prática da tortura, podendo lembrar-se, neste campo, a subscrição do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, da ONU, do Pacto de San Jose da Costa Rica, da Convenção Americana contra a Tortura e da Convenção para Prevenção e Punição da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Degradantes ou Cruéis, entre outras.

Em que pese tudo isso, forçoso é reconhecer que episódios recentes de nossa História expõem dramaticamente o nervo de nossa inconsistência, da nossa incoerência entre a teoria e a prática, entre a intenção e a práxis. Basta que se lembre aqui do caso do jornalista Tim Lopes, massacrado por bandidos que, em face da inoperância do Poder Público, travestiram-se de algozes, torturadores e carrascos, julgando-o, torturando-o e executando-o pelo simples “crime” de ter subido ao Morro, uma espécie de enclave, de gueto dominado por um poder paralelo que tudo enfrenta e arrosta, sem temer consequências e o peso da Justiça. E mais: o evento não se mostrou isolado, revelando a existência de verdadeira oficina da tortura, com numerosas vítimas dessa sanha tresloucada.

Recorde-se, ainda, por ser paradigmático, o terrível massacre do Carandiru, em que quase 120 presos foram mortos depois de praticamente dominados pelo aparato policial, numa amostra eloqüente de que, sem uma mudança cultural significativa e profunda, sem uma radical reforma inclusive na formação e no preparo do nosso aparelho policial, não obteremos êxito em nossa luta contra essa infame prática.

Premido pela insegurança total, pela audácia sem limites dos bandidos, pelo despreparo e desaparelhamento das forças da ordem e da lei, pelas péssimas condições de nossas prisões, verdadeiros depósitos de



presos, o povo brasileiro tem sido tentado a supor que, renegando os valores humanos e retrocedendo no tempo e no espaço em busca de penas e de leis mais duras e mesmo desumanas, vai resolver os graves problemas da segurança pública, das desigualdades sociais e diminuir os índices de criminalidade.

Ledo engano, no entanto. Qualquer pesquisa séria tem mostrado que, ao contrário, em países onde se praticam maiores atentados contra os direitos humanos e o tratamento dispensado aos criminosos é pior, esse retrocesso não serviu para produzir uma diminuição significativa nos índices de criminalidade.

É necessário fugir à tentação do fácil. Neste campo, do Direito e da Justiça, é preciso que se levante bem alto o farol dos valores imperecíveis e inafastáveis dos direitos humanos, da justiça social, de defesa intransigente contra toda e qualquer forma de discriminação e de tratamento desigual, infame ou degradante.

Esta não é uma luta partidária ou de correntes políticas, de esquerda ou de direita, esta é uma guerra de todos, de cada um de nós, dos brasileiros, precipuamente os operadores do Direito, os que militamos nesta seara, para que possamos fazer nosso sofrido povo compreender que Justiça não é vingança, que não incumbe ao Estado a mesquinhez de igualar-se ao facínora, ao fora-da-lei, agindo como ele, mas cabe-lhe, isto sim, o dever inarredável de fazer Justiça, de aplicar a lei, de concretizar o Direito.

Não podemos, neste instante, deixar de lembrar de tantos brasileiros que inscreveram seus nomes nesta luta contra a prática da tortura, como Heráclito de Sobral Pinto, que teve a grandeza de, ainda que opondo-se tenazmente ao ideário de seu constituinte, aceitar a defesa do chefe comunista Luiz Carlos Prestes, invocando até mesmo, para melhoria de suas condições carcerárias, a Lei de Proteção aos Animais.

Relembre-se, entre outros, os nomes do Arcebispo de São Paulo, Evaristo Arns, do teatrólogo Nelson Rodrigues, de Dom Hélder Câmara, do jurista Hélio Bicudo, de tantos advogados que, na época da repressão mais atroz, em que tudo era motivo de suspeita e de perseguição política, tiveram o destemor de defender os presos políticos, às vezes com risco da própria integridade.

Ao encerrar, auguro o êxito desta iniciativa, esperando seja mais um passo, ainda que pequeno possa ser, nesta longa caminhada em busca da concretização dos valores maiores da dignidade da pessoa humana, para que, um dia, a prática infame e infamante da tortura seja apenas uma lembrança apagada e remota na memória da trajetória humana nesta Terra.

Muito obrigado.